

Usina nuclear Angra 2 inicia parada a partir de janeiro do ano que vem

Previsão é de que processo tenha duração aproximada de 50 dias, indo até março de 2026

Por Redação

A Eletronuclear, que opera as usinas nucleares Angra 1, Angra 2 e Angra, com as obras paralisadas atualmente, deve concluir até meados deste mês o recebimento de combustível combustível nuclear que será utilizado na próxima parada programada da Usina Angra 2, prevista para começar em 16 de janeiro de 2026. A 21ª Parada Programada de Angra 2 terá duração aproximada de 50 dias, estendendo-se até 6 de março de 2026.

Os elementos combustíveis são fornecidos pela Indústrias Nucleares do Brasil (INB), com unidade em Resende-RJ, mas o transporte é de responsabilidade da Eletronuclear. O cronograma prevê dois carregamentos por semana. O quarto dos sete lotes de combustível foram enviados ao complexo nuclear entre os dias 2 e 5 de dezembro.

De acordo com a área de

Combustível Nuclear da empresa, serão substituídos 56 elementos combustíveis, o que corresponde a cerca de 30% do núcleo do reator, garantindo a continuidade da operação segura e eficiente da usina no próximo ciclo.

Durante esse período, serão realizadas cerca de 5 mil atividades de manutenção, inspeções e testes, seguindo padrões internacionais de segurança. Entre os trabalhos previstos, destacam-se a recarga parcial do núcleo do reator, inspeções estruturais de equipamentos importantes e revisões em sistemas essenciais para a geração de energia.

A execução dessas ações é fundamental para assegurar a confiabilidade da usina, que desempenha papel estratégico no fornecimento de energia ao país. As paradas programadas fazem parte da rotina do setor nuclear em todo o mundo e no caso brasileiro reforçam o compromisso da Eletronuclear com a segurança, a transparência e a excelência operacional.



Eletronuclear recebe combustível da INB para a parada programada de Angra 2

Como é feito o transporte

Todo o processo de transporte do combustível de Resende para Angra dos Reis é de responsabilidade da Eletronuclear, sendo o planejamento licenciado pela CNEN e pelo Ibama. O comboio rodoviário, que conta com o apoio logístico do Corpo de Bombeiros e das Polícias Rodoviária Federal e Estadual, é acompanhado por batedores dessas corporações durante todo o percurso. O trajeto de 175 quilômetros é percorrido com toda a segurança a uma velocidade máxima estabelecida de 60 km/h.

Os contêineres, em que são transportados os elementos combustíveis, são projetados, testados e fabricados obedecendo a normas nacionais e internacionais aplicáveis e embalados para transporte de materiais radioativos. São equipados com registradores de impacto e de

aceleração que indicam qualquer alteração durante o transporte. Presos com firmeza no interior da embalagem denominada berço, os elementos combustíveis, já na posição horizontal, recebem dois lacres de inspeção final das áreas de Fabricação, Radioproteção e de Controle da Qualidade da INB. Depois disso, os contêineres com os combustíveis são colocados em caminhões e levados até Angra dos Reis.

Estes contêineres especiais são projetados para resistir, entre outras condições, a uma queda livre de uma altura de cerca de nove metros e a uma temperatura de 800°C durante duas horas, sem provocar qualquer dano ao produto.

Operação iniciada na década de 80

A primeira usina nuclear brasileira entrou em operação comercial em 1985. Angra 1 gera energia suficiente para su-

rir uma cidade de 2 milhões de habitantes. Nos primeiros anos de sua operação, Angra 1 enfrentou problemas com alguns equipamentos que prejudicaram o funcionamento da usina. Essas questões foram sanadas em meados da década de 1990, fazendo com que a unidade passasse a operar com padrões de desempenho compatíveis com a prática internacional. Em 2023, Angra 1 bateu o recorde de maior geração de energia em um mês de toda a sua história.

A usina foi adquirida da americana Westinghouse, como um pacote fechado, que não previa transferência de tecnologia por parte dos fornecedores. No entanto, a Eletronuclear vem acumulando experiências ao longo dos anos de operação comercial, com indicadores de eficiência que superam os de muitas usinas similares.

Aneel abre consulta pública para revisar regras do fundo de descomissionamento

Por Redação

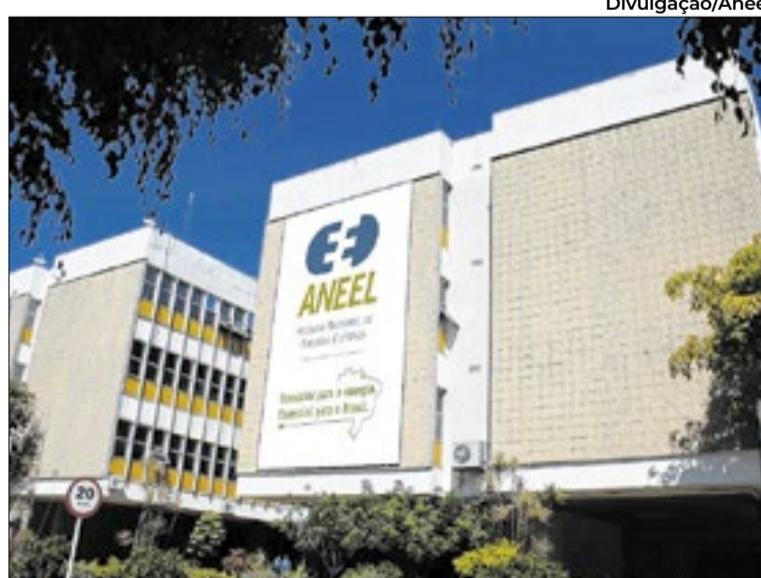
O anúncio da parada de Angra 2 ocorre no mesmo dia que a diretoria colegiada da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) decidiu abrir consulta pública para debater a regulamentação contábil tributária do Fundo de Descomissionamento (FDES) das usinas nucleares Angra 1 e 2, situadas em Angra dos Reis, na região da Costa Verde. A decisão da Aneel atende à determinação do TCU (Tribunal de Contas da União).

A consulta pública ficará aberta até 24 de janeiro. Além disso, a Aneel comunicará o TCU sobre o cumprimento da determinação. O tribunal fez a recomendação após identificar que a Eletronuclear realizou sa-

ques de R\$ 374 milhões em 2024 e de R\$ 406,6 milhões em 2025 sem a autorização da autoridade nuclear responsável: a ANSN (Autoridade Nacional de Segurança Nuclear).

Em setembro deste ano, a Eletronuclear tentou antecipar resgate de enta resgate antecipado de cerca de R\$ 1 bilhão do fundo na tentativa de cobrir o rombo da estatal federal, que pode colapsar, segundo a própria diretoria.

A diretoria da Aneel confirmou que a gestão financeira do fundo não é de sua competência, e sim da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN), mas ressaltou que a receita destinada ao FDES integra o processo tarifário e precisa refletir de forma adequada os custos regulatórios.



Aneel abre consulta sobre novas regras do fundo de usinas nucleares

A diretoria aprovou, ainda, a aplicação imediata da proposta de revisão da regra de definição da cobertura tarifária do

de eventuais ajustes no processo tarifário subsequente após aprovação do resultado dessa consulta pública.

Poupança obrigatória

O Fundo de Descomissionamento (FDES) é uma poupança obrigatória, custeada pelas tarifas de energia das usinas nucleares Angra 1 e 2, para cobrir os custos de desmantelamento seguro no fim de sua vida útil, com recursos aplicados em títulos de baixo risco. A revisão das regras busca equilibrar a responsabilidade financeira e evitar impactos tarifários, especialmente após a prorrogação da vida útil de Angra 1, resultando em redução nos depósitos anuais, mas com necessidade de novas deliberações sobre a tributação e gestão do fundo.